

LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA PROINF NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

Gáudia Maria Costa Leite Pereira (1); Xenusa Pereira Nunes (1);
Monica Aparecida Tomé Pereira (1)

1Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), gaudiacosta@gmail.com

1Prefeitura Municipal de Casa Nova - Bahia, xenusa.nunes@gmail.com

1Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), monica.tome@univasf.edu.br

Introdução

O Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH, contrata pelo edital 018/2013, a Cooperativa Mista dos Agricultores do Vale do Ipanema – Coopanema, atendendo ao Contrato de Repasse nº 775558 – 2012 com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O Edital tem por objeto a contratação de entidade civil sem fins lucrativos para atuar como Base de Serviços de Apoio à Estratégia de Integração de Políticas Públicas para Inclusão Socioeconômica da Agricultura Familiar em Territórios da Cidadania dos Estados de Alagoas e Pernambuco.

O Produto 2 do convênio definia uma pesquisa de levantamento de dados sobre o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), uma das Políticas que compõem a Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra da Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM – Território da Cidadania. Essa pesquisa teve início em 03 de setembro de 2014 e foi concluída em 24 de fevereiro de 2015, com envio do Relatório do Produto 2 ao MDA.

A pesquisa teve como objetivo verificar o impacto dos investimentos feitos pelo Proinf no que se refere à aquisição de ensiladeiras para a produção de alimento a ser utilizado pelo rebanho de leite das famílias rurais no Território.

“A Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), operacionalizada pela SDT/MDA, tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais. Parcerias com estados e municípios têm apoiado a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais” (BRASIL, 2014).

(83) 3322.3222

contato@aguanosemiarido.com.br

www.aguanosemiarido.com.br



A CODETAM, constituída em 2003, abrange uma área de 13.113,50km², localizada na Mesorregião do Agreste Meridional e Sertão de Pernambuco. Atualmente é composta por vinte municípios, sendo um do Agreste Central: São Bento do Una; dezesseis do Agreste Meridional: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Buíque, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Iatí, Ibirajuba, Itaíba, Paranatama, Pedra, Saloá, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa; e três do Sertão do Moxotó: Ibimirim, Inajá e Manarí. Têm em sua composição original, noventa instituições, quarenta e cinco representantes da sociedade civil e quarenta e cinco representantes do poder público (municipal; estadual e federal). Atualmente, conta efetivamente com a presença média em plenárias de 40 Conselheiros ativos.

“Trabalhamos com territórios de identidade, com base em características próprias e em um conjunto de critérios que os define. Mas o que dá vida para um território, para além da população que mora lá, do seu processo de desenvolvimento, são as pessoas que se organizam para fazer aquele território funcionar e que atuam para o desenvolvimento sustentável ser uma agenda permanente. O colegiado é um espaço composto pela sociedade civil e pelo poder público. Ele se reúne regularmente, de acordo com uma dinâmica própria, e é nesse espaço que se define para onde vão as ações – como o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf), por exemplo – mas, para além da sua intervenção e elaboração para execução dessas políticas, é um espaço que pensa para onde deve rumar esses movimentos” (BRASIL, 2017).

O Convênio determinava que fosse contratado um profissional para exercer a função em Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP, que deveria auxiliar a CODETAM no processo de constituição da Câmara Técnica de Inclusão Produtiva e na apropriação e possível revisão da proposta da Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra, além de descrever as atividades de mobilização dos atores e constituição do Espaço de Gestão da Estratégia Territorial de Inclusão Produtiva no Colegiado Territorial, gerando dados e informações para alimentar os sistemas de monitoramento da Estratégia.

Os empreendimentos apoiados pelo Proinf no Território, até o término da pesquisa, foram basicamente entre os anos de 2005 e 2007. A situação dos equipamentos e seu uso nos Municípios se ligam diretamente ao compromisso da gestão municipal junto aos agricultores familiares, se comprometida e presente, tem em geral boa gestão.

Especialmente as ensiladeiras são bastante valorizadas pelas famílias para processar e armazenar alimentos para o rebanho, prática genericamente adotada principalmente estando os

agricultores sensibilizados pela crise gerada pela última e gravíssima estiagem de 2009-2016, em que houve importante perda de animais.

A Região do Agreste Meridional de Pernambuco abordada na pesquisa da bovinocultura de leite, contratada pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP compreende um conjunto de quatorze municípios. O período da pesquisa – Dez-2012-Jan-2013. Em visitas as localidades rurais para realização da pesquisa, Oliveira (2013) descreve:

“o período da pesquisa coincide com uma seca extrema, a maior vista pelos contemporâneos e a mais terrível dentre aquelas que se sabe por ouvir dizer dos mais velhos. Um desalento, um desastre. Couraças de animais e urubus adornam a paisagem das estradas estendidos num ambiente desértico, inóspito, salpicado de fundos secos de açudes e barragens” (OLIVEIRA, 2013).

Com a severa estiagem, os pequenos e médios agricultores familiares, precisaram aprender a reservar alimentos para o gado. Sendo o Agreste Meridional a maior bacia leiteira do estado de Pernambuco, as perdas foram muito graves, pois representam rebaixamento real da qualidade de vida das famílias, fazendo com que algumas famílias precisassem abandonar a atividade da criação de gado bovino. Por isso, utilizar equipamentos para ensilar alimentos para os animais foi uma das alternativas encontradas pelos representantes nas Plenárias Territoriais, para minimizar tantas perdas.

Metodologia

Para a coleta dos dados foi feita articulação a partir das reuniões da CODETAM e contatos com lideranças locais através de instituições como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR, Secretarias da Agricultura e outras.

A ATIP deveria buscar informações – por meio de entrevistas individuais e coletivas – com atores que tenham no Território, reconhecidamente, atuação junto aos empreendimentos e projetos apoiados pela SDT/MDA (Proinf). Esta atuação deveria ser caracterizada como: a) gestão de projetos ou empreendimentos do Proinf; b) atividades diversas que se utilizem e/ou se beneficiem dos projetos ou empreendimentos apoiados; c) estudiosos do tema; e d) agricultores familiares que são direto ou indiretamente beneficiados pelos projetos ou empreendimentos apoiados.



“Nas ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT um dos principais instrumentos de financiamento é a linha de infraestrutura e serviços - PROINF, uma linha de financiamento que opera com recursos não reembolsáveis e que pode ser acessada por organismos públicos a exemplo de prefeituras” (BRASIL, 2005).

Quando foi definido o número de entrevistados, atores territoriais, os critérios de seleção e amostragem obedeceram às regras básicas de metodologias que orientam trabalhos técnicos de diagnóstico ou científicos; ou seja, prezaram por uma amostragem representativa dos informantes.

“A criação de espaços dialogicamente interativos e discursivamente mediados estabelece um processo no qual são estabelecidos compromissos de responsabilidade, tanto entre indivíduos do grupo social envolvido quanto do profissional para com esses. Não se trata mais de um trabalho solitário e de escritório, exclusivo de gabinete, mais de uma proposta a ser feita de forma (com)partilhada, com os mais interessados, ou seja, os agricultores” (COELHO, 2014).

Foram entrevistados, com auxílio de um formulário de entrevistas – aprovado pela SDT/MDA, com questões abertas e fechadas, ao todo 63 participantes dos 20 municípios que copõem o Território. Por exigência do Contrato, todos os participantes foram devidamente identificados, por nome, sexo, ano de nascimento, CPF, função, instituição, endereço completo, telefone, e-mail, local e data da entrevista, georreferenciamento do local da entrevista e identificação do entrevistador, no caso, a ATIP. Foram visitadas todas as propriedades onde estavam localizados os equipamentos do Proinf no Território, com o intuito de georeferenciar a localização, observar a condição dos equipamentos, sua forma de gestão e constatar a melhora, ou não, na qualidade de vida dos beneficiários.

“O desafio (institucional) de qualquer política pública de desenvolvimento rural/territorial é criar condições para que seus beneficiários, principalmente àqueles que vivem em situação de pobreza, se insiram nas discussões sobre os rumos das políticas e dos processos de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2005).

Resultados e Discussão

Aproximadamente, 600 famílias beneficiadas a cada safra/ano. Cada ensiladeiras beneficiaria em cada safra, em média, 30 famílias de agricultores. Esse número é ligeiramente diferente a depender de algumas condições dos municípios, também devido às distancias e paradas para manutenção, esse número torna-se menor em alguns Municípios que apresentam maior



dificuldade em logística. Ainda há casos em que a ensiladeira fica numa única associação e beneficia apenas um grupo de sócios, não cumprindo, ou cumprindo parcialmente, sua função de atendimento territorial.

Foram encontrados diferentes modelos de gestão dos equipamentos, desde cuidados primorosos até omissões em alguns casos. Bem como, diferentes entendimentos nos Municípios sobre a finalidade e como foi pensado, no projeto, a sua execução. O reconhecimento da origem dos equipamentos por parte dos beneficiários foi elemento importante para que abrissem acesso aos equipamentos para verificação da ATIP e prestassem todas as informações solicitadas. Com base nas informações obtidas, muitas reuniões e discussões foram realizadas pelo Núcleo Diretivo, Câmara Técnica de Inclusão Produtiva e Conselho Fiscal – organismos do Colegiado Territorial, sendo estendida à Plenária Territorial mês a mês, buscando alcançar um adequado entendimento dessa realidade e formular proposições de respostas às situações problemas.

Tentando uniformizar o processo de gestão dos equipamentos, a sugestão da ATIP foi elaborar um Estatuto de Gestão dos Equipamentos do PROINF, passando aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRSs em parceria com as Prefeituras (ente público a receber os equipamentos), a responsabilidade e gestão dos equipamentos nos Municípios, até então, discrepantes.

Na visão dos agricultores, em linhas gerais, os equipamentos viabilizaram o armazenamento de alimentos para o gado, tanto em quantidade como em qualidade, gerando segurança alimentar para o rebanho e assegurando a renda das famílias em períodos de estiagem. A quantidade de ensiladeiras adquiridas é tida como insuficiente diante da necessidade da agricultura familiar de cada Município. Para o poder público, credita-se que essa é uma boa parceria do Governo Federal com os Municípios unindo forças para atender o público rural e destacam que onde houve esse entendimento pelos gestores municipais houve maior impacto na melhoria na qualidade de vida das famílias. Os gestores sociais destacam os equipamentos como conquistas sociais importantes resultantes de situações em que a sociedade civil é convocada, através do CMDRS e Colegiado do Território, a opinarem e são ouvidas e consideradas.

Conclusões

Considera-se que a utilização dos recursos do Proinf na compra e distribuição de ensiladeiras causou mudanças positivas na produção de alimento para o rebanho, proporcionando baixo custo de manutenção e auxiliando consideravelmente na manutenção do gado no período de



estiagem. Esse tipo de investimento promove aprimoramento das reflexões coletivas fomentando o protagonismo dos beneficiários na geração de soluções para seus problemas promovendo o engajamento dos atores locais na gestão e controle social das políticas públicas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Representatividade e inovação**. *Paper* apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: CNDRS, 2005.

BRASIL. **Referência para a gestão social dos territórios rurais**. Brasília: MDA, Série Documentos SDT, n°3, 2005, 32p. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_216-28-11-2012-11-38-397290.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. **Manual operacional do Proinf 2014**: ação orçamentária de apoio a infraestrutura em Territórios Rurais. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Manual_Proinf_2014_4-de_junho_FINAL.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Territórios: integrando espaços. **Entrevista Severine Macedo**. Brasília: MDA, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/territ%C3%B3rios-integrando-esp%C3%A7os>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Minas Gerais, Suprema, 2014, 188p.

OLIVEIRA, João Batista de. **Relatório de diagnóstico bovinocultura de leite**: Território Garanhuns – PE Plano 15. ITEP: Garanhuns, 2013.

